

# ALTERAÇÕES LEGISLATIVAS

DEPARTAMENTO JURÍDICO DA FIESP



Período: **JULHO/2013**

**Decreto nº 8.039, de 4 de julho de 2013** – Altera o Decreto nº 7.535, de 26 de julho de 2011, que institui o Programa Nacional de Universalização do Acesso e Uso da Água – “ÁGUA PARA TODOS”.

Publicado em 5 de julho de 2013 no Diário Oficial da União, o Decreto nº 8.039 alterou o Decreto nº 7.535/2011, que institui ao Programa “Água Para Todos”.

O novo Decreto modificou o artigo 4º no que diz respeito ao Comitê Gestor do Programa, que passa a ser composto por um representante titular e um representante suplente de cada um dos órgãos e entidades citados abaixo:

I- Ministério da Integração Nacional, pelo titular da Secretaria de Desenvolvimento Regional, que o coordenará;

II- Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, pelo titular da Secretaria Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional;

III- Ministério das Cidades, pelo titular da Secretaria Nacional de Saneamento Ambiental;

IV- Ministério do Meio Ambiente, pelo titular da Secretaria de Recursos Hídricos e Ambiente Urbano;

V- Ministério da Saúde, pelo presidente da Fundação Nacional de Saúde;

VI- Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura – Contag, conforme indicação do titular; e

VII- Federação Nacional dos Trabalhadores e Trabalhadoras na Agricultura Familiar – Fetraf – Brasil/CUT, conforme indicação do seu titular.

O Comitê Operacional, será formado, a partir da publicação deste Decreto, por um representante titular e um representante suplente, de cada um dos órgãos e entidades que fazem parte do Comitê Gestor. Estes representantes serão indicados pelos titulares dos órgãos e entidades do Comitê Gestor e designados pelo Ministro de Estado da Integração Nacional.

Este Decreto entrou em vigor na data de sua publicação e para acessar o seu inteiro teor, [clique aqui](#).

---

**Resolução INPI nº 97, de 24 de junho de 2013**– Dispõe sobre a abstenção da exigência de retribuições nos casos de exercício dos direitos assegurados nas alíneas “a” e “b” do inciso XXXIV do artigo 5º da Constituição Federal de 1988 e pelo simples processamento de requerimentos administrativos que não demandem diretamente análise técnica de invenções, modelos de utilidade, desenhos industriais ou marcas, quando o interessado declarar que não se acha em condições de suportar as aludidas despesas sem prejuízo do sustento próprio ou de sua família.

# ALTERAÇÕES LEGISLATIVAS

DEPARTAMENTO JURÍDICO DA FIESP



Publicada em 2 de julho de 2013 no Diário Oficial da União, a Resolução nº 97, editada pelo INPI, trata da abstenção da exigência de retribuições nos casos de exercício dos direitos assegurados no inciso XXXIV alíneas “a” e “b”, do art. 5º, da Constituição Federal.

De acordo com esta norma, fica vedada, na esfera de toda a Estrutura Regimental do Instituto Nacional da Propriedade Industrial, a exigência de retribuições para o exercício do direito de petição em defesa dos direitos ou contra ilegalidade ou abuso de poder, para a obtenção de certidões para defesa de direitos e esclarecimento de situações de interesse pessoal, e pelo simples processamento de requerimentos administrativos que não demandem diretamente análise técnica de invenções, modelos de utilidade, desenhos industriais ou marcas, para o interessado que demonstrar por declaração de hipossuficiência – que poderá ser feita por seu próprio punho – não ter condições de arcar com as despesas referidas sem prejuízo de seu próprio sustento ou de sua família.

Havendo prova que infirme o predito documento, o benefício previsto deixará de ser reconhecido, devendo àquele que tiver conhecimento do fato comunicar o Ministério Público Federal para as providências criminais cabíveis.

Fica revogada a Resolução INPI nº 285, de 16 de abril de 2012.

Esta Resolução entrou em vigor na data de sua publicação, sem prejuízo da sua publicação na Revista Eletrônica da Propriedade Industrial. Para acessar seu inteiro teor, [clique aqui](#).

---

**Lei nº 15.099, de 25 de julho de 2013** – *Dispõe sobre programas específicos de inovação tecnológica para as microempresas e para as empresas de pequeno porte no Estado de São Paulo.*

Publicada em 26 de julho de 2013 no Diário Oficial do Estado de São Paulo, a Lei nº 15.099 trata sobre os programas específicos para as microempresas e empresas de pequeno porte no Estado.

Para efeito desta Lei, são utilizados os seguintes conceitos: inovação; agência de fomento; instituição científica e tecnológica (ICT); núcleo de inovação tecnológica; e instituição de apoio.

Os programas específicos para microempresas e para empresas de pequeno porte serão mantidos pelas agências de fomento, as instituições científicas e tecnológicas (ITCs), os núcleos de inovação tecnológica e as instituições de apoio do Governo do Estado de São Paulo, observando que: (i) as condições de acesso serão diferenciadas, favorecidas e simplificadas; e (ii) o montante disponível e suas condições de acesso deverão ser expressos nos respectivos orçamentos e amplamente divulgados.

As instituições responsáveis pelos programas terão por meta aplicar, no mínimo, 20% dos recursos destinados à inovação para o desenvolvimento desta atividade nas microempresas ou nas empresas de pequeno porte.

Terão por meta aplicar, também, 20% (mínimo) em programas e projetos de apoio às microempresas ou às empresas de pequeno porte, os órgãos e entidades integrantes da administração pública estadual atuantes em pesquisa, desenvolvimento ou capacitação tecnológica.

# ALTERAÇÕES LEGISLATIVAS

DEPARTAMENTO JURÍDICO DA FIESP



Feita a aplicação, estes órgãos e entidades deverão publicar em seus portais na internet e comunicar as informações relativas aos valores alocados e o respectivo percentual em relação ao total dos recursos destinados para este fim à Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Ciência e Tecnologia do Estado de São Paulo, à Comissão de Atividades Econômicas e à Comissão de Ciência, Tecnologia e Informação da Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo e ao Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas do Estado de São Paulo – SEBRAESP – no primeiro trimestre de cada ano.

As despesas resultantes da aplicação desta Lei serão provenientes de dotações próprias consignadas nos orçamentos dos respectivos órgãos da administração pública direta e indireta.

Essa Lei entrou em vigor na data de sua publicação. Para acessar o seu inteiro teor, [clique aqui](#).

---

**PORTARIA nº 110, de 8 de julho de 2013** *Aprova o Plano Geral de Outorgas para a exploração de aeródromos civis públicos.*

No dia 9 de julho de 2013, foi publicada no Diário Oficial da União, a Portaria nº 110, que aprovou o Plano Geral de Outorgas – PGO para exploração de aeródromos civis públicos conforme a Política Nacional de Aviação Civil – PNAC.

Para os fins desta Portaria, a exploração de aeródromos engloba a construção, implantação, ampliação, reforma, administração, operação, manutenção e exploração econômica do aeródromo.

As diretrizes para a execução da PNAC são: estímulo ao uso do transporte aéreo e ao desenvolvimento da aviação civil; monitoramento e adequação contínua da capacidade de infraestrutura aeroportuária civil à expansão da demanda de transporte aéreo; estímulo à integração nacional e internacional, com a expansão dos serviços de transporte aéreo doméstico e internacional, aumento do número de localidades atendidas, desenvolvimento das ligações de baixa e média densidade de tráfego e alcance a regiões de difícil acesso; incentivo aos investimentos públicos e privados na aviação civil brasileira, pautados pela segurança jurídica nas relações contratuais; manutenção da prestação do serviço adequado nas instalações aeroportuárias civis; estímulo à eficiência nas operações da aviação civil e na gestão da infraestrutura aeroportuária; e estímulo à concorrência.

A exploração dos aeródromos feita pela União será por meio do Comando da Aeronáutica – Comaer; da Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária – Infraero, ou suas subsidiárias; de concessão; de autorização; ou de delegação a Estados, Distrito Federal ou Municípios.

A União irá explorar o aeródromo de maior relevância para cada capital de Estado ou Distrito Federal; aeródromos relevantes à integração nacional ou internacional; aeródromos de interesse regional ou local de interesse público, mas que por alguma impossibilidade técnica não possam ser explorados por Estados, Distrito Federal ou Municípios; aeródromos que estão suscetíveis a exploração de pessoas jurídicas públicas ou privadas mediante autorização; ou aeródromos que sejam determinados pela União em razão de interesse público.

# **ALTERAÇÕES LEGISLATIVAS**

**DEPARTAMENTO JURÍDICO DA FIESP**



Caso haja manifesto de interesse ou capacidade técnica para explorar o aeródromo pelo Estado, Distrito Federal ou Município, a exploração regional ou local poderá ser delegada a estes, a partir de celebração de convênio com a União, por meio da SAC-PR.

A SAC-PR irá considerar, para determinação da concessão pela União, como modalidade adequada para a exploração de um aeródromo a relevância do movimento atual ou projetado de passageiros, cargas e aeronaves; as restrições e o nível de saturação da infraestrutura aeroportuária; a necessidade e a premência de obras e investimentos relevantes; a necessidade e a premência de melhorias relevantes de gestão e de ganhos de eficiência operacional; o comprometimento na qualidade dos serviços prestados; a concorrência entre aeródromos, com efeitos positivos sobre os incentivos à eficiência do sistema e sobre os usuários; e/ou os resultados econômico-financeiros decorrentes da exploração do aeródromo, promovendo a redução de déficits ou o incremento de superávits, sem comprometimento dos investimentos necessários ou dos níveis de eficiência, qualidade e segurança dos serviços.

Este processo de concessão considerará a necessidade de promoção da concorrência entre aeródromos e seus efeitos positivos para a eficiência do sistema e adequação do serviço.

Poderá ser feita, também, a exploração por meio de autorização. A SAC-PR irá receber e apreciar os requerimentos, e feito isso encaminhará os que forem deferidos à Agência Nacional de Aviação Civil – ANAC para emissão dos Termos de Autorização.

A exploração feita pela Infraero será dos aeródromos que não sejam explorados por concessão, autorização ou pelo Comaer, mas aqueles previstos no art. 4º desta Portaria.

A Secretaria de Aviação Civil da Presidência da República poderá solicitar do ente federado interessado, a apresentação de estudos, planos ou projetos de exploração e de investimentos no aeródromo; e a assunção de obrigações e metas específicas de gestão, investimentos ou qualidade, com a finalidade de verificar a capacidade técnica dos Estados, Distrito Federal e Municípios quanto à exploração do aeródromo.

A SAC-PR irá elaborar os Planos de Outorga Específicos – POE para cada aeródromo, indicando o modelo a ser tomado para sua exploração. A aprovação do POE não substitui nem dispensa as deliberações de outros órgãos ou entidades da administração pública necessárias à exploração do aeródromo, incluindo as do órgão responsável pelo controle do espaço aéreo, da ANAC, as de licenciamento ambiental e as relacionadas a requisitos de zoneamento, sem prejuízo de outras. Esta aprovação não vincula a decisão da ANAC sobre a homologação do aeródromo.

Permanecem vigentes os instrumentos de delegação em vigor aplicáveis a cada aeródromo civil público, exceto quando forem aprovados novos POES.

Essa Portaria entrou em vigor na data de sua publicação. Para acessar o seu inteiro teor, [clique aqui](#).

---

**Lei nº 12.836, de 2 de julho de 2013** – *Altera os arts. 2º, 32 e 33 da Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001 – Estatuto da Cidade.*



Publicada em 03 de julho de 2013 no Diário Oficial da União, a Lei nº 12.836, altera os arts. 2º, 32 e 33 da Lei nº 10.257, de 2001.

Esta Lei incluiu nas diretrizes da política urbana, de que trata a Lei nº 10.257/01, o estímulo à utilização, nos parcelamentos do solo e nas edificações urbanas, de sistemas operacionais, padrões construtivos e aportes tecnológicos que objetivem a redução de impactos ambientais e a economia de recursos naturais.

A concessão de incentivos a operações urbanas que utilizam tecnologias visando a redução de impactos ambientais, e que comprovem a utilização, nas construções e uso de edificações urbanas, de tecnologias que reduzam os impactos ambientais e economizem recursos naturais, especificadas as modalidades de design e de obras a serem contempladas, foi acrescentada às operações urbanas consorciadas citadas no § 2º do artigo 32 por esta Lei.

Esta Lei também modificou o inciso VI e acrescentou o inciso VIII ao artigo 33, que trata da lei específica que aprovar a operação urbana consorciada e deverá constar o plano de operação urbana consorciada, que deverá conter:

“VI- contrapartida a ser exigida dos proprietários, usuários permanentes e investidores privados em função da utilização dos benefícios previstos nos incisos I, II, III do §2º do art. 32 desta Lei.

VII- natureza dos incentivos a serem concedidos aos proprietários, usuários permanentes e investidores privados, uma vez atendido o disposto no inciso III do §2º do art. 32 desta Lei.”

Essa Lei entrou em vigor na data de sua publicação. Para acessar o seu inteiro teor, [clique aqui](#).

---

***Decreto nº 59.348, de 5 de julho de 2013 –Restabelece a vigência de dispositivos do Decreto nº 41.767, de 5 de maio de 1997, que aprovou***

*Programas e Projetos de interesse para a economia estadual, com o apoio de recursos provenientes do Fundo de Expansão da Agropecuária e da Pesca – FEAP.*

Publicado em 6 de julho de 2013, no Diário Oficial do Estado de São Paulo, o Decreto nº 59.348 restabelece a vigência do Decreto nº 41.767, de 5 de maio de 1997, o qual aprovou Programas e Projetos que tem proveito para a economia estadual, com o apoio de recursos derivados do Fundo de Expansão da Agropecuária e da Pesca – FEAP, ressalvados o Programa de Desenvolvimento Regional Rural; de Apoio as Cooperativas e Associações de Produtores Rurais relativos aos Projetos Mini-Usina de Leite, Pequenas Agroindústrias e Insumos Coletivos; Projetos de Calcário e de Combate à Erosão do Solo e; Programa de Apoio à Pesca Artesanal.

O Decreto 59.348 entrou em vigor na data de sua publicação e para acessar o seu inteiro teor, [clique aqui](#).

# ALTERAÇÕES LEGISLATIVAS

DEPARTAMENTO JURÍDICO DA FIESP



## ***Instrução Normativa IBAMA Nº13, de 19 de julho de 2013.***

A Instrução Normativa nº 13 editada pelo IBAMA, publicada no Diário Oficial da União em 23 de julho de 2013, estabelece os procedimentos para padronização metodológica dos planos de amostragem de fauna exigidos nos estudos ambientais necessários para o licenciamento ambiental de rodovias e ferrovias.

Esta IN não é aplicada à amostragem de fauna cavernícola, pois deverá ser estabelecida por procedimento específico. Esta padronização metodológica deve ser estendida para a etapa de monitoramento, após a emissão da Licença de Instalação do respectivo empreendimento, devendo continuar a ser adotada após a emissão da Licença de Operação, caso haja atividades de monitoramento previstas para essa etapa.

O empreendedor terá que realizar 4 campanhas, sendo 2 para obtenção da Licença Prévia (LP) e 2 para obtenção da Licença de Instalação (LI), ao longo de 12 meses, com periodicidade trimestral. Esta campanha tem por definição o conjunto de atividades desenvolvidas para o levantamento primário da fauna, com duração temporal delimitada, com o objetivo de coletar as informações necessárias para a elaboração dos estudos ambientais ou dos relatórios de monitoramento.

Para efeitos desta IN, campanha tem por definição o conjunto de atividades desenvolvidas para o levantamento primário da fauna, com duração temporal delimitada, com o objetivo de coletar as informações necessárias para a elaboração dos estudos ambientais ou dos relatórios de monitoramento.

Deverá o empreendedor apresentar a delimitação da Área de Estudo – AE, sujeita a aprovação do IBAMA, referente ao Meio Biótico, que deverá abranger as áreas usadas como referência para o diagnóstico a ser realizado. Após esta delimitação, o empreendedor terá que definir a quantidade e distribuição dos módulos amostrais.

A definição dos quantitativos e tipos de módulos, bem como a distribuição dos sítios de amostragem, será realizada com base nas fitofisionomias que existem ao longo do trecho a ser licenciado, contemplando, no mínimo, aquelas mais representativas, devendo ser apresentada carta-imagem ou ortofotocarta, atualizada, com localização georreferenciada dos sítios de amostragem, documento este que deverá ser anexado à Ficha de Caracterização de Atividade encaminhada ao IBAMA.

É estritamente necessária a aprovação pelo IBAMA, antes da realização dos levantamentos de fauna, da distribuição dos sítios de amostragem e dos quantitativos e tipos de módulos a serem empregados durante as atividades.

Os seguintes grupos faunísticos serão objeto de amostragem: pequenos mamíferos não-voadores; médios e grandes mamíferos; aves; anfíbios; répteis; répteis; e invertebrados bentônicos.

Nas hipóteses de empreendimentos com potencial impacto em cavidades naturais, deverá ser incluída a amostragem da fauna cavernícola, para a qual deverão ser estabelecidos procedimentos específicos.

A amostragem de ictiofauna poderá ser dispensada em duplicações ou ampliações de capacidade de rodovias e ferrovias, devendo o pedido de dispensa ser justificado tecnicamente pelo empreendedor

# **ALTERAÇÕES LEGISLATIVAS**

**DEPARTAMENTO JURÍDICO DA FIESP**



quando do protocolo da FCA, com base em dados secundários obtidos, obrigatoriamente, nas bacias hidrográficas nas quais se insere o empreendimento.

Não será dispensada a amostragem de que tratam os parágrafos 2º e 4º do artigo 6º desta IN, quando o empreendimento estiver localizado em áreas alagadas de maior sensibilidade (intermitentes ou permanentes), com possibilidade de presença de espécies endêmicas, ameaçadas ou anuais.

Será apresentada pelo empreendedor, junto com a Ficha de Caracterização da Atividade (FCA), a carta-imagem (impressa e em formato digital) em duas escalas distintas, preenchendo todas as informações necessárias conforme esta IN.

Após a contratação dos estudos ambientais, o empreendedor deverá apresentar toda a documentação necessária para emissão da Autorização de Captura, Coleta e Transporte de Material Biológico para as amostras de fauna, de acordo com o Anexo II.

Todos os empreendimentos que tenham áreas propícias para sua implementação, isto é, fragmentos ou sequências de fragmentos de tamanho igual ou superior a 5 km, irão adotar o módulo de amostragem padrão.

Serão aderidos módulos de amostragem com menor extensão e número de parcelas se não for possível à utilização do módulo padrão.

Os módulos de amostragem alternativos são divididos e caracterizados conforme dispõe essa Instrução e terão aplicações de parcelas amostrais iguais às do módulo padrão.

Como forma de avaliação de impactos sobre a fauna, os empreendimentos onde exista tráfego de veículos ou de composições ferroviárias deverão efetuar amostragens mensais de atropelamento de fauna efetuadas, seis antes da LP e seis antes da LI, o que auxiliará os impactos sobre a fauna e também subsidiará a mitigação.

Para obter uma estimativa mais precisa das taxas de atropelamento de fauna, deverá ser calculado um fator de correção a partir da comparação entre as taxas obtidas por meio das amostragens de carro de linha e a pé, bem como calcular a taxa de remoção de carcaças para cada grupo taxonômico monitorado.

Deverão ser apresentados os dados climáticos da região no período de realização das campanhas, além do índice pluviométrico, temperatura média e outros dados de interesse que possam influenciar a atividade ou o comportamento dos diferentes grupos faunísticos.

Outros empreendimentos que tenham sido, total ou parcialmente, licenciados por outros entes federativos e que venham a ser avocados para o licenciamento ambiental federal, o IBAMA poderá estabelecer um cronograma de transição, para adequação dos procedimentos e metodologias em curso dispostos nesta IN.

Poderá o IBAMA adaptar algumas metodologias e procedimentos estabelecidos para torná-las proporcionalmente adequadas à complexidade ou à situação do empreendimento, no caso de





licenciamento ambiental simplificado, ou que estiverem em fase de regularização ambiental já implantados e em operação.

O determinado nesta IN poderá ser utilizado no licenciamento ambiental de outros empreendimentos lineares, adequando-se aos métodos e procedimentos aqui estabelecidos às peculiaridades existentes nas demais tipologias.

Para os processos de licenciamento já em curso no Ibama, as regras contidas nesta Instrução Normativa valerão apenas para as fases de licenciamento subsequentes à que atualmente se encontra cada processo.

Esta IN deverá ser revisada depois de 2 anos de sua publicação, para promover possíveis ajustes na sua aplicação.

Esta Instrução Normativa entrou em vigor na data de sua publicação. Para acessar seu inteiro teor, [clique aqui](#).

---

**Instrução Normativa Nº 15, de 19 de julho de 2013** – *Altera os artigos 12, 126 e o Anexo I da Instrução Normativa IBAMA nº 10, de 07 de Dezembro de 2012.*

A Instrução Normativa nº 15, publicada no Diário Oficial da União em 23 de julho de 2013, altera a Instrução Normativa IBAMA nº 10/2012, que regula os procedimentos para apuração de infrações administrativas por condutas e atividades lesivas ao meio ambiente e dá outras providências.

Esta norma acrescenta ao art. 12, que traz parâmetros para o estabelecimento da sanção pecuniária nos casos em que a legislação ambiental estabelece multa aberta, o §3º, para determinar que, quando a aplicação da multa aberta se mostrar desproporcional ou irrazoável, o agente autuante poderá estabelecer valores distintos do resultante da aplicação dos quadros 1 a 4 do Anexo I, mediante justificativa expressa.

Além disso, esta norma modifica o parágrafo único do art. 126 da IN10/2012, para estabelecer que as multas relativas ao descumprimento das obrigações previstas no §1º do art. 17-C e 17-I da Lei 6938/81, de que trata também a IN IBAMA nº 17/2011, poderão ser lavradas, até 31 de dezembro de 2013, em qualquer modelo de auto infração disponível no âmbito do IBAMA.

Têm nova redação os quadros e o Anexo I da Instrução Normativa nº 10 de 07 de dezembro de 2012, que passam a vigorar com a redação desta IN nº 15/2013.

Esta Instrução Normativa entrou em vigor na data de sua publicação. Para acessar seu inteiro teor, [clique aqui](#).

---



# ALTERAÇÕES LEGISLATIVAS

DEPARTAMENTO JURÍDICO DA FIESP



**Decreto 8.058/2013** – Regulamenta os procedimentos administrativos relativos à investigação e à aplicação de medidas antidumping; e altera o Anexo II ao Decreto nº 7.096, de 4 de fevereiro de 2010, que aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções Gratificadas do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior.

Publicado no Diário Oficial da União, de 29/07/2013, o Decreto 8.058, de 26/07/2013, traz novas regras para aplicação de medidas antidumping quando a importação de produtos objeto de dumping causar dano à indústria doméstica, as quais serão aplicadas de acordo com as investigações iniciadas e conduzidas em conformidade com o disposto nesta norma, a partir de 1º de outubro de 2013.

O Decreto 8.058/2013 insere importantes mudanças no processo de defesa da concorrência, com o objetivo de reduzir os prazos para a conclusão dos processos, tal como a obrigatoriedade da determinação preliminar, espécie de conclusão “provisória”, de que há prática de dumping.

Vale destacar, ainda, que compete ao Conselho de Ministros Câmara de Comércio Exterior – CAMEX, que com base nas recomendações contidas em parecer do Departamento de Defesa Comercial da Secretaria de Comércio Exterior do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior – DECOM, decidirá sobre direitos antidumping, inclusive em circunstâncias excepcionais, em razão de interesse público.

O novo decreto dispõe sobre seguintes temas: b) princípios e competências; b) determinação de dumping, do dano e de indústria doméstica; c) investigação; d) aplicação e cobrança dos direitos antidumping; e) duração e revisão dos direitos antidumping dos compromissos de preço; f) avaliação de escopo e redeterminação; g) publicidade; h) forma dos atos e dos termos processuais; i) processo decisório; j) verificações in loco; k) melhor informação disponível; e l) disposições gerais.

Por fim, a norma em tela determina que as investigações e as revisões cujas petições tenham sido protocoladas até a entrada em vigor deste Decreto continuarão a ser regidas pelo Decreto 1.602, de 23 de agosto de 1995.

O Decreto 8.058/2013 entra em vigor em 1º/10/2013, ficando revogado o Decreto 1.602/1995 que tratava do assunto.

Para conhecer o inteiro teor do Decreto 8.058/2013, [clique aqui](#).

---

**Protocolos ICMS 71, 72, 73 e 74/2013** – Revogam dispositivos que tratam da emissão de documento específico para as mercadorias sujeitas ao regime de substituição tributária.

Foram publicados no Diário Oficial da União, de 30/07/2013, os Protocolos ICMS 71, 72, 73 e 74, que revogam dispositivos dos Protocolos ICMS 107, 104, 105 e 106, respectivamente (abaixo relacionados), celebrados entre os Estados de Alagoas e de São Paulo.

Em síntese, foram revogadas as cláusulas que tratavam da emissão de documento específico para as mercadorias sujeitas ao regime de substituição tributária.

# ALTERAÇÕES LEGISLATIVAS

DEPARTAMENTO JURÍDICO DA FIESP



Norma em tela (DOU 30/07/2013)	Protocolo ICMS alterado	Assunto	Dispositivo revogado
Protocolo ICMS 71	Protocolo 107/2008	Dispõe sobre a substituição tributária nas operações com suportes elásticos para cama, colchões, inclusive box, travesseiros e pillows.	cláusula quinta
Protocolo ICMS 72	Protocolo 104/2008	Dispõe sobre a substituição tributária nas operações com materiais de construção, acabamento, bricolagem ou adorno.	cláusula quinta
Protocolo ICMS 73	Protocolo 105/2008	Dispõe sobre a substituição tributária nas operações com materiais de limpeza.	cláusula quinta
Protocolo ICMS 74	Protocolo 106/2008	Dispõe sobre a substituição tributária nas operações com cosméticos, perfumaria, artigos de higiene pessoal e de toucador.	cláusula sétima

Os Protocolos ICMS 71, 72, 73 e 74, de 26/07/2013, entram em vigor na data de sua publicação.

Clique nas normas abaixo para conhecer o inteiro teor das mesmas.

[Protocolo ICMS 71/2013](#)

[Protocolo ICMS 72/2013](#)

[Protocolo ICMS 73/2013](#)

[Protocolo ICMS 74/2013](#)

**Protocolo ICMS 68/2013** – Altera o Protocolo ICMS 44/2013, que estabelece substituição tributária em relação às operações antecedentes interestaduais com desperdícios e resíduos de metais não-ferrosos e alumínio em formas brutas quando o produto for destinado a estabelecimento industrial.

Publicado no Diário Oficial da União, de 30/07/2013, o Protocolo ICMS 68, de 26 /07/2013, altera o Protocolo ICMS 44/2013, que estabelece a substituição tributária em relação às operações antecedentes interestaduais com desperdícios e resíduos de metais não-ferrosos e alumínio em formas brutas quando o produto for destinado a estabelecimento industrial.

Em síntese, foi acrescentado o § 4º à cláusula primeira do Protocolo ICMS 44/2013 que trata da inaplicabilidade de suas disposições, com a seguinte redação:



“§ 4º O disposto neste protocolo não se aplica nas operações de remessa para industrialização por conta e ordem do remetente de alumínio em formas brutas, alumínio não ligado, ligas de alumínio, inclusive a granelha de alumínio e quaisquer outras mercadorias classificadas na posição NCM/SH 7601.”

Importante destacar que ficam estendidas as disposições do Protocolo 44/2013, celebrado entre os Estados do Rio de Janeiro e de São Paulo, também aos Estados de Minas Gerais e do Paraná.

O Protocolo ICMS 68/2013 entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeito em relação ao Estado de Minas Gerais a partir da data prevista em Decreto do Poder Executivo.

Para conhecer o inteiro teor do Protocolo ICMS 68/2013, [clique aqui](#).

**Protocolo ICMS 66/2013** – Altera o Protocolo ICMS 104/12, que dispõe sobre a substituição tributária nas operações com cosméticos, perfumaria, artigos de higiene pessoal e de toucador.

Publicado no Diário Oficial da União, de 30/07/2013, o Protocolo ICMS 66, de 26 /07/2013, altera o Protocolo ICMS 104/2012, que trata da substituição tributária nas operações com cosméticos, perfumaria, artigos de higiene pessoal e de toucador, entre os Estados do Rio de Janeiro e de São Paulo.

Foi modificada a redação ao § 4º da cláusula segunda do Protocolo ICMS 104/2012, para elucidar sobre a inaplicabilidade da referida norma na hipótese de remessa, para estabelecimento de contribuinte localizado no Estado do Rio de Janeiro, de produtos mencionados nos itens 22 (somente em relação aos cremes dentais), 31, 33, 38, 39 e 54 do Anexo Único.

Além disso, foi dada nova redação o Anexo Único, alterando as MVA's do produtos especificados, conforme colacionado abaixo:

## “ANEXO ÚNICO

Nota 1 – A MVA-ST original prevista neste Anexo Único aplica-se às operações estinadas ao Estado do Rio de Janeiro, observando-se em relação às operações destinadas ao Estado de São Paulo a MVA-ST original prevista na legislação interna deste Estado.

ITEM	DESCRIÇÃO	NCM/SH	% MVA-ST
1	Henna (embalagens de conteúdo igual ou inferior a 200g)	1211.90.90	77,85
2	Vaselina	2712.10.00	49,80
3	Amoníaco em solução aquosa (amônia)	2814.20.00	51,73
4	Peróxido de hidrogênio (embalagens de conteúdo igual ou inferior a 500 ml)	2847.00.00	49,40

**ALTERAÇÕES LEGISLATIVAS**

DEPARTAMENTO JURÍDICO DA FIESP



5	Acetona (embalagens de conteúdo igual ou inferior a 500 ml)	2914.11.00	58,29
6	Lubrificação íntima	3006.70.00	61,45
7	Óleos essenciais (embalagens de conteúdo igual ou inferior a 500 ml)	3301	55,23
8	Perfumes (extratos)	3303.00.10	50,54
9	Águas-de-colônia	3303.00.20	55,36
10	Produtos de maquilagem para os lábios	3304.10.00	63,64
11	Sombra, delineador, lápis para sobrancelhas e rímel	3304.20.10	63,64
12	Outros produtos de maquilagem para os olhos	3304.20.90	63,64
13	Preparações para manicuros e pedicuros	3304.30.00	63,64
14	Pós, incluídos os compactos, para maquilagem	3304.91.00	63,64
15	Cremes de beleza, cremes nutritivos e loções tônicas	3304.99.10	57,79
16	Outros produtos de beleza ou de maquilagem preparados e preparações para conservação ou cuidados da pele	3304.99.90	30,74
17	Xampus para o cabelo	3305.10.00	36,36
18	Preparações para ondulação ou alisamento, permanentes, dos cabelos	3305.20.00	47,66
19	Laquês para o cabelo	3305.30.00	51,03
20	Outras preparações capilares	3305.90.00	52,18
21	Tintura para o cabelo	3305.90.00	33,02
22	Dentífrícios	3306.10.00	35,27
23	Fios utilizados para limpar os espaços interdentaes (fio dental)	3306.20.00	49,05
24	Outras preparações para higiene bucal ou dentária	3306.90.00	43,16
25	Preparações para barbear (antes, durante ou após)	3307.10.00	65,28
26	Desodorantes corporais e antiperspirantes, líquidos	3307.20.10	49,16

**ALTERAÇÕES LEGISLATIVAS**

DEPARTAMENTO JURÍDICO DA FIESP



27	Outros desodorantes corporais e antiperspirantes	3307.20.90	50,42
28	Sais perfumados e outras preparações para banhos	3307.30.00	50,42
29	Outros produtos de perfumaria ou de toucador preparados	3307.90.00	50,42
30	Soluções para lentes de contato ou para olhos artificiais	3307.90.00	39,17
31	Sabões de toucador em barras, pedaços ou figuras moldados	3401.11.90	24,80
32	Outros sabões, produtos e preparações, em barras, pedaços ou figuras moldados, inclusive lenços umedecidos	3401.19.00	54,77
33	Sabões de toucador sob outras formas	3401.20.10	45,61
34	Produtos e preparações orgânicos tensoativos para lavagem da pele, na forma de líquido ou de creme, acondicionados para venda a retalho, mesmo contendo sabão	3401.30.00	45,61
35	Bolsa para gelo ou para água quente	4014.90.10	64,76
36	Chupetas e bicos para mamadeiras e chupetas	4014.90.90	71,57
37	Malas e maletas de toucador	4202.1	56,11
38	Papel higiênico – folha simples	4818.10.00	53,01
39	Papel higiênico – folha dupla e tripla	4818.10.00	50,54
40	Lenços (incluídos os de maquilagem) e toalhas de mão	4818.20.00	67,26
41	Papel toalha de uso institucional do tipo comercializado em rolos igual ou superior a 80 metros e do tipo comercializado em folhas intercaladas	4818.20.00	41,08
42	Toalhas e guardanapos de mesa	4818.30.00	57,90
43	Toalhas de cozinha	4818.90.90	61,86
44	Fraldas	9619.00.00	31,30
45	Tampões higiênicos	9619.00.00	47,20
46	Absorventes higiênicos externos	9619.00.00	52,22

# ALTERAÇÕES LEGISLATIVAS

DEPARTAMENTO JURÍDICO DA FIESP



47	Hastes flexíveis (uso não medicinal)	5601.21.90	49,64
48	Sutiã descartável, assemelhados e papel para depilação	5603.92.90	51,73
49	Pinças para sobrancelhas	8203.20.90	57,73
50	Espátulas (artigos de cutelaria)	8214.10.00	57,73
51	Utensílios e sortidos de utensílios de manicuros ou de pedicuros (incluídas as limas para unhas)	8214.20.00	57,73
52	Termômetros, inclusive o digital	9025.11.10 9025.19.90	57,26
53	Escovas e pincéis de barba, escovas para cabelos, para cílios ou para unhas e outras escovas de toucador de pessoas, incluídas as que sejam partes de aparelhos, exceto escovas de dentes	9603.2	56,11
54	Escovas de dentes, incluídas as escovas para dentaduras	9603.21.00	61,26
55	Pincéis para aplicação de produtos cosméticos	9603.30.00	56,11
56	Sortidos de viagem, para toucador de pessoas para costura ou para limpeza de calçado ou de roupas	9605.00.00	56,11
57	Pentes, travessas para cabelo e artigos semelhantes; grampos (alfinetes) para cabelo; pinças (pinçeguiques), onduladores, bobes (rolos) e artefatos semelhantes para penteados, e suas partes, exceto os da posição 8516 e suas partes	9615	56,11
58	Borlas ou esponjas para pós ou para aplicação de outros cosméticos ou de produtos de toucador	9616.20.00	56,11
59	Mamadeiras	3923.30.00 3924.90.00 3924.10.00 4014.90.90 7010.20.00	71,57

”.

O Protocolo ICMS 66/2013 entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 1º de novembro/2012.

Para conhecer o inteiro teor do Protocolo ICMS 66/2013, [clique aqui](#).

# ALTERAÇÕES LEGISLATIVAS

DEPARTAMENTO JURÍDICO DA FIESP



**Protocolo ICMS 65/2013** – Altera o Protocolo ICMS 15/07, que dispõe sobre a substituição tributária nas operações com produtos eletrodomésticos, eletroeletrônicos e equipamentos de informática.

Publicado no Diário Oficial da União, de 30/07/2013, o Protocolo ICMS 65, de 26 /07/2013, altera o Protocolo ICMS 15/2007, que dispõe sobre a substituição tributária nas operações com produtos eletrodomésticos, eletroeletrônicos e equipamentos de informática, entre os Estados do Alagoas, Mato Grosso do Sul e São Paulo.

Em síntese, foi dada nova redação ao Anexo Único do Protocolo 15/2007 para incluir os NCM's que especifica no item III e respectivos MVA's, conforme segue:

“

ITEM	PRODUTO/DESCRIÇÃO	NBM	MVA
III	Máquinas e aparelhos de ar-condicionado e depuradores:		
III.1	Máquinas e aparelhos de ar-condicionado contendo um ventiladormotorizado e dispositivos próprios para modificar a temperatura e		

a umidade, incluídos as máquinas e aparelhos em que a umidade

não seja regulável separadamente e suas partes 8415.10 e 8415.8

60%

III.2 Aparelhos de ar-condicionado tipo Split System (elementos separados) com unidade externa e interna 8415.10.11

60%

III.3 Aparelhos de ar-condicionado com capacidade inferior ou igual a 30.000 frigorias/hora 8415.10.19

60%

III.4 Aparelhos de ar-condicionado com capacidade acima de 30.000 frigorias/hora 8415.10.90

60%

III.5 Unidades evaporadoras (internas) de aparelho de ar-condicionado do tipo Split System (sistema com elementos separados), com capacidade inferior ou igual a 30.000 frigorias/hora 8415.90.10

60%





III.6 Unidades condensadoras (externas) de aparelho de ar-condicionado do tipo Split System (sistema com elementos separados), com capacidade inferior ou igual a 30.000 frigorias/hora 8415.90.20

60%

”

O Protocolo ICMS 65/2013 entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 1º de setembro de 2013.

Para conhecer o inteiro teor do Protocolo ICMS 65/2013, [clique aqui](#).

---

**Protocolo ICMS 64/2013** – Altera o inciso VI da cláusula primeira do Protocolo ICMS 45/13, que dispõe sobre a substituição tributária nas operações com produtos alimentícios. <sup>(\*)</sup>

Publicado no Diário Oficial da União, de 30/07/2013, o Protocolo ICMS 64, de 26 /07/2013, altera o Protocolo ICMS 45/2013, que trata da substituição tributária nas operações com produtos alimentícios, entre os Estados do Rio de Janeiro e de São Paulo.

Em síntese, foi dada nova redação ao inciso VI da cláusula segunda que dispõe sobre a inaplicabilidade do Protocolo 45/2013 na hipótese de remessa, para estabelecimento localizado no Estado do Rio de Janeiro, dos seguintes itens listados em seu Anexo Único:

**“Cláusula segunda (...)**

(...)

VI – na remessa, para estabelecimento de contribuinte localizado no Estado do Rio de Janeiro, de produtos mencionados no anexo único deste protocolo nos itens:

- a) 3.11, somente em relação à margarina vegetal acondicionada em embalagem de até 500 gramas;
- b) 5.9;
- c) 7.1, somente em relação à massa de macarrão desidratada;
- d) 7.10, somente em relação ao pão francês de até 200g;
- e) 8.1;
- f) 9.1 e 9.2, somente em relação aos produtos comestíveis resultantes da matança de gado e aves em estado natural, resfriado ou congelado; charque, salsicha, linguiça e mortadela;
- g) 9.3, somente em relação à sardinha em lata;



h) 11.5;

i) 11.8, somente em relação ao açúcar refinado e cristal.

(...).”.

O Protocolo ICMS 64/2013 entra em vigor na data de sua publicação e para conhecer o seu inteiro teor, [clique aqui](#).

(\*) Embora a ementa faça referência ao inciso VI da cláusula primeira, verificou-se que trata-se da cláusula segunda.

---

**Portaria CAT 76/2013** – Estabelece a base de cálculo na saída produtos eletrônicos, eletroeletrônicos e eletrodomésticos, a que se refere o artigo 313-Z20 do Regulamento do ICMS.

Publicada no Diário Oficial do Estado de São Paulo, de 27/07/2013, a Portaria CAT 76, de 26 de julho de 2013, estabelece a base de cálculo na saída produtos eletrônicos, eletroeletrônicos e eletrodomésticos a que se refere o artigo 313-Z20 do Regulamento do ICMS.

A norma em tela determina que, no período de 1º de agosto de 2013 a 30 de abril de 2015, a base de cálculo para fins de retenção e pagamento do imposto relativo às saídas subseqüentes das mercadorias arroladas no § 1º do artigo 313-Z19 do RICMS, com destino a estabelecimento localizado em território paulista, será o preço praticado pelo sujeito passivo, incluídos os valores correspondentes a frete, carreto, seguro, impostos e outros encargos transferíveis ao adquirente, acrescido do valor adicionado calculado mediante a multiplicação do preço praticado pelo Índice de Valor Adicionado Setorial – IVA-ST relacionado no Anexo Único.

Na hipótese de entrada de mercadoria proveniente de outra unidade da Federação cuja saída interna seja tributada com alíquota superior à alíquota interestadual aplicada pelo remetente, o estabelecimento destinatário paulista deverá utilizar o “IVA-ST ajustado”, calculado pela seguinte fórmula:

IVA-ST ajustado =  $[(1 + \text{IVA-ST original}) \times (1 - \text{ALQ inter}) / (1 - \text{ALQ intra})] - 1$ , onde:

1) IVA-ST original é o IVA-ST aplicável na operação interna, conforme previsto no “caput”;

2) ALQ inter é a alíquota interestadual aplicada pelo remetente localizado em outra unidade da Federação;

3) ALQ intra é a alíquota aplicável à mercadoria neste Estado.

A partir de 1º de maio de 2015, a base de cálculo para fins de retenção e pagamento do imposto relativo às saídas subseqüentes das mercadorias arroladas no § 1º do artigo 313-Z19 do RICMS, com destino a estabelecimento localizado em território paulista, será o preço praticado pelo sujeito passivo, incluídos



os valores correspondentes a frete, carreto, seguro, impostos e outros encargos transferíveis ao adquirente, acrescido do valor adicionado calculado mediante a multiplicação do preço praticado pelo Índice de Valor Adicionado Setorial – IVA-ST.

Importante destacar que nesse caso o IVA-ST será estabelecido mediante a adoção dos seguintes procedimentos:

1) a entidade representativa do setor deverá apresentar à Secretaria da Fazenda levantamento de preços com base em pesquisas realizadas por instituto de pesquisa de mercado de reputação idônea, nos termos dos artigos 43 e 44 do RICMS, observando o seguinte cronograma:

a) até 30 de setembro de 2014, a comprovação da contratação da pesquisa de levantamento de preços;

b) até 30 de janeiro de 2015, a entrega do levantamento de preços;

2) deverá ser editada a legislação correspondente.

Vale salientar que na hipótese de não cumprimento desses prazos, a Secretaria da Fazenda poderá editar ato divulgando o IVA-ST que vigorará a partir de 1º de maio de 2015.

Por fim, a norma estabelece que, em se tratando de entrada de mercadoria proveniente de outra unidade da Federação cuja saída interna seja tributada com alíquota superior à alíquota interestadual aplicada pelo remetente, o estabelecimento destinatário paulista deverá utilizar o “IVA-ST ajustado”, calculado pela fórmula acima mencionada.

A Portaria CAT 76/2013 entra em vigor em 1º de agosto de 2013, ficando revogada a Portaria CAT 109, de 27/08/2012, que tratava do assunto.

Para conhecer o inteiro teor desta norma e do respectivo Anexo Único, [clique aqui](#).

---

***Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – IBAMA – Instrução Normativa nº 12, de 16 de julho de 2013 - Dispõe sobre a regulamentação dos procedimentos de controle da importação de resíduos de que trata a Resolução Conama nº 452/12, em consonância com a Convenção da Basileia.***

Publicada em 17 de julho de 2013, no Diário Oficial da União, a Instrução Normativa nº 12, de 16 de julho de 2013, editada pelo IBAMA, regulamenta os procedimentos de controle da importação de resíduos dispostos na Resolução Conama nº 452/12, conforme a Convenção da Basileia.

Para efeitos desta norma, será utilizada a metodologia de classificação de resíduos sólidos da norma ABNT NBR 10004:2004. Também, para seus efeitos, são consideradas as seguintes definições: Resíduos Perigosos – Classe I; Resíduos Não Inertes – Classe IIA; III. Resíduos Inertes – Classe IIB; Outros Resíduos; Rejeitos; Resíduos Controlados; Destinador de Resíduos; Reciclagem; Importador de Resíduos; e Transportador de Resíduos Controlados.

# ALTERAÇÕES LEGISLATIVAS

DEPARTAMENTO JURÍDICO DA FIESP



Os Resíduos Perigosos – Classe I; Rejeitos; Outros Resíduos; e Pneumáticos Usados são **vedados** à importação, para qualquer tipo de uso, em todo o território nacional (vide anexo V), salvo se houver acordos bilaterais firmados pelo Brasil, no que tange à Outros Resíduos.

Tratando-se de Pneumáticos Usados, em caso de reimportação, para uso aeronáutico com vistas à extinção de operação anterior de exportação, efetuada sob o regime aduaneiro especial de exportação temporária para aperfeiçoamento passivo, cujo controle se dará por meio da NCM 4012.20.00, não estará incluída na proibição acima.

Quanto à importação de Resíduos Controlados (anexo VI), deve-se observar alguns requisitos como: regularidade do Cadastro Técnico Federal, das pessoas físicas e jurídicas envolvidas na importação e possuir Destinador de Resíduos e licença ambiental válida. Além destas peculiaridades, somente será permitida sua importação se tiver origem em País-Parte da Convenção da Basileia e for realizada por Importador de Resíduos com o objetivo de reciclagem em instalações licenciada para tal fim.

Para solicitação de autorização de Resíduos Controlados, o Importador de resíduos deverá apresentar formulários de autorização constantes no sítio do IBAMA, junto com os documentos exigidos. Para cada tipo de resíduo que se pretenda importar, deverá ser solicitada uma autorização específica:

- i) Formulário de Solicitação de Autorização de Importação de Resíduos Controlados – Carga Convencional, quando se tratar de importação de carga convencional; ou
- ii) Formulário de Solicitação de Autorização de Importação de Resíduos Controlados – Amostra, quando se tratar de importação de resíduos para fins de análises físico-químicas, investigação ou provas de processos.

A autorização de importação será emitida pelo IBAMA em até quinze dias úteis contados da data do recebimento da solicitação. Esta autorização poderá ser cancelada ou suspensa pelo IBAMA se houver descumprimento das condicionantes gerais (indicadas nesta norma) e das condicionantes específica, se estas existirem.

A autorização de importação será emitida pelo IBAMA em até quinze dias úteis, contados da data do recebimento da solicitação. Esta autorização poderá ser cancelada ou suspensa pelo IBAMA a qualquer tempo, mediante decisão motivada, se houver descumprimento das condicionantes gerais (indicadas nesta norma) e das condicionantes específicas, se estas existirem.

A qualquer momento o IBAMA poderá realizar vistoria e fiscalização de cargas de resíduos importados para verificação de cumprimento nos termos dessa norma.

O IBAMA decidirá pelos casos que tiverem a importação de Resíduos Controlados ocorrida após a publicação da Resolução CONAMA n° 452, de 02 de julho de 2012, e cujo processo de despacho aduaneiro não tenha sido concluído até a data de publicação desta Instrução Normativa.

Se descumpridas as normas de importação de resíduos, será caracterizado tráfico ilegal de resíduos, conforme determina a Convenção da Basileia.



A Instrução Normativa do IBAMA nº 12, de 16 de julho de 2013, entrou em vigor na data de sua publicação. Para acessar o seu inteiro teor, [clique aqui](#).

**Resolução ANP nº 25, de 8 de julho de 2013** – Esta Resolução tem por objeto regular o Procedimento de Individualização da Produção de Petróleo e Gás Natural, que deve ser adotado quando se identificar que uma Jazida de Petróleo, Gás Natural ou outros hidrocarbonetos fluidos se estende além de um Bloco concedido, cedido onerosamente ou contratado.

Publicada em 9 de julho de 2013 no Diário Oficial da União, a Resolução nº 25, da Agência Nacional de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis – ANP, regula o Procedimento de Individualização da Produção de Petróleo e Gás Natural, que deve ser adotado quando se identificar que uma Jazida de Petróleo, Gás Natural ou outros hidrocarbonetos fluidos se estende além de um Bloco concedido, cedido onerosamente ou contratado.

São utilizadas as seguintes definições para finalidades desta Resolução: Acordo de Individualização da Produção; Área Individualizada; Área não Contratada; Área sob Contrato; Barril de Óleo Equivalente (Boe); Cessionária; Compromisso de Individualização da Produção; Concessionário; Contratado; Jazida Compartilhada; Laudo Técnico; Obrigação Divisível; Obrigação Indivisível; Operador da Área Individualizada; Parte; Participação; Pré-acordo de Individualização da Produção; Procedimento de Individualização da Produção; Redeterminação; e Volume Original de Óleo Equivalente (VOE).

O Operador deve comunicar formalmente a Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis – ANP, no prazo de dez dias úteis, se constatada a existência de uma Jazida Compartilhada.

Será celebrado *Acordo de Individualização da Produção* entre as empresas e consórcios envolvidos, quando se tratar de Jazida Compartilhada por Áreas sob Contrato com direitos de Exploração e Produção; e entre a União e as Partes haverá *Acordo de Individualização da Produção*, em se tratando de Jazida Compartilhada por Área não Contratada.

Se a Jazida Compartilhada se encontrar em Área do Pré-sal ou em Áreas Estratégicas e se estender por Área não Contratada, o Pré-Sal Petróleo S.A. (PPSA) representará a União. No caso de a Jazida Compartilhada não se localizar nesta área, mas se estender por áreas não concedidas, a União será representada pela ANP.

A empresa ou consórcio com composição idêntica e mesmos percentuais de participação que deter a Jazida Compartilhada por Áreas sob Contrato com direitos de Exploração e Produção, deverá pactuar Compromisso de Individualização da Produção.

Se não for possível avaliar a extensão da Jazida Compartilhada e definir as Participações por falta de dados e informações, as partes envolvidas deverão efetivar atividades de Avaliação em um único Plano de Avaliação de Descoberta e, ainda, poderão celebrar um Pré-acordo de Individualização da Produção.

# **ALTERAÇÕES LEGISLATIVAS**

**DEPARTAMENTO JURÍDICO DA FIESP**



Para a celebração do Acordo de Individualização da Produção, as partes disponibilizarão o acesso mútuo aos dados e informações disponíveis e necessários à definição das Participações e a cada 3 meses, deverão informar o desenvolvimento das negociações no prazo dado pela ANP, que também determinará prazo para a celebração do acordo.

Se as partes não celebrarem de forma voluntária o acordo tratado anteriormente no prazo previsto pela ANP, caberá a esta agência determinar os direitos e obrigações sobre a Jazida Compartilhada, baseada em Laudo Técnico.

Realizados os procedimentos do Laudo Técnico, de que trata esta norma, se ainda uma parte recusar firmar o acordo, implicará resolução dos Contratos de Concessão ou de Partilha de Produção da Parte que se recusou a assinar o Acordo de Individualização de Produção.

Enquanto não aprovado o Acordo de Individualização da Produção, a Jazida Compartilhada terá o seu Desenvolvimento e Produção suspensos, salvo autorização da Agência Nacional de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis – ANP.

A Jazida Compartilhada pode se estender por Área não Contratada. Ocorrido isso, o Concessionário, a Cessionária ou o Contratado deverão elaborar uma proposta preliminar para avaliação da extensão e encaminha-la à ANP. A ANP, a seu critério, pode contratar a Petrobras para realizar atividades de Avaliação da Jazida Compartilhada com a outra parte.

O futuro Concessionário ou Contratado decorrente do Acordo de Individualização da Produção estará obrigado a assumir os termos e condições definidos no acordo.

Celebrado o Acordo de Individualização e Produção, a partir do início da Fase de Produção, a União repartirá os custos de produção e investimentos relativos à Etapa de Desenvolvimento da Produção com a outra parte.

Não haverá reembolso, pela União, de qualquer custo ou investimento, feito em Produção da Jazida Compartilhada iniciada sem autorização da ANP.

As obrigações das partes em relação às Participações e Receitas Governamentais e de Terceiros, observado o estabelecido nos contratos de Áreas sob Contrato que contêm Jazida Compartilhada, serão tratadas pelo Acordo de Individualização da Produção.

Atos em desacordo com esta Resolução sujeitará à parte infratora às penalidades legais.

A Resolução, da Agência Nacional de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis, nº 25, de 08 de julho de 2013, entrou em vigor na data de sua publicação. Para acessar o seu inteiro teor, [clique aqui](#).

---

***Resolução do Conselho Nacional do Meio Ambiente – CONAMA nº 458, de 16 de julho de 2013–  
Estabelece procedimentos para o licenciamento ambiental em assentamento de reforma agrária, e dá  
outras providências.***

# ALTERAÇÕES LEGISLATIVAS

DEPARTAMENTO JURÍDICO DA FIESP



Publicada em 18 de julho de 2013 no Diário Oficial da União, a Resolução CONAMA nº 458 determina os procedimentos para o licenciamento ambiental de atividades agrossilvipastoris e de empreendimentos de infraestrutura, feitos em assentamentos de reforma agrária.

o utilizadas as seguintes definições para esta Resolução: Assentamentos de reforma agrária; Termo de Compromisso Ambiental – TCA; Interesse social; Atividades eventuais ou de baixo impacto ambiental; Atividades agrossilvipastoris; Uso alternativo do solo; e Empreendimentos de infraestrutura.

O órgão ambiental competente das atividades agrossilvipastoris e dos empreendimentos de infraestrutura, passíveis de licenciamento, será responsável pelo licenciamento ambiental destas, o qual será feito por procedimentos simplificados, tendo como referência o Anexo desta Resolução.

O procedimento simplificado será requerido pelos beneficiários do programa de reforma agrária responsáveis pelas atividades agrossilvipastoris, individual ou coletivamente, com apoio do poder público; e pelo responsável pelo empreendimento de infraestrutura.

Este licenciamento não é necessário às atividades eventuais ou de baixo impacto ambiental.

Caso verifique-se significativo impacto ambiental pelo órgão ambiental competente, será solicitado o procedimento ordinário de licenciamento.

As atividades agrossilvipastoris já desenvolvidas e os empreendimentos de infraestrutura já existentes passíveis de licenciamento, estarão sujeitos à regularização feita por procedimento de licenciamento ambiental simplificado. Esse procedimento será feito a partir da assinatura do TCA, pelo órgão fundiário e pelo assentado responsável pelas atividades, junto ao órgão ambiental competente e posterior requerimento de licenciamento ambiental simplificado.

Fica revogada a Resolução CONAMA nº 387, de 27 de dezembro de 2006.

Esta Resolução entrou em vigor na data de sua publicação. Para acessar seu inteiro teor, [clique aqui](#).

---

**Lei nº 12.844, de 19 de julho 2013** – Amplia o valor do Benefício Garantia-Safra para a safra de 2011/2012; amplia o Auxílio Emergencial Financeiro, de que trata a Lei nº 10.954, de 29 de setembro de 2004, relativo aos desastres ocorridos em 2012; autoriza a distribuição de milho para venda a pequenos criadores, nos termos que especifica; institui medidas de estímulo à liquidação ou regularização de dívidas originárias de operações de crédito rural; altera as Leis nºs 10.865, de 30 de abril de 2004, e 12.546, de 14 de dezembro de 2011, para prorrogar o Regime Especial de Reintegração de Valores Tributários para as Empresas Exportadoras – REINTEGRA e para alterar o regime de desoneração da folha de pagamentos, 11.774, de 17 de setembro de 2008, 10.931, de 2 de agosto de 2004, 12.431, de 24 de junho de 2011, 12.249, de 11 de junho de 2010, 9.430, de 27 de dezembro de 1996, 10.522, de 19 de julho de 2002, 8.218, de 29 de agosto de 1991, 10.833, de 29 de dezembro de 2003, 9.393, de 19 de dezembro de 1996, 12.783, de 11 de janeiro de 2013, 12.715, de 17 de setembro de 2012, 11.727, de 23 de junho de 2008, 12.468, de 26 de agosto de 2011, 10.150, de 21 de dezembro de 2000, 12.512, de 14 de outubro de 2011, 9.718, de 27 de novembro de 1998, 10.925, de 23 de julho de 2004, 11.775, de 17 de setembro de 2008, e 12.716, de 21 de setembro de 2012, a Medida Provisória nº 2.158-35, de 24 de agosto de 2001, e o Decreto nº 70.235, de 6 de março de 1972; dispõe sobre a comprovação de regularidade fiscal pelo contribuinte; regula a compra, venda e transporte de ouro; e dá outras providências.

Foi publicada a Lei nº 12.844, de 19/07/2013 (edição extraordinária do Diário Oficial da União de 19/07/2013), resultado da conversão da Medida Provisória nº 610/2013, que convalidou algumas





importantes alterações na legislação tributária, dentre as quais destacamos as medidas a seguir relacionadas.

## **Benefício Garantia-Safra:**

Excepcionalmente para a safra 2011/2012, fica o Fundo Garantia-Safra autorizado a pagar adicional ao Benefício Garantia-Safra, no valor de até R\$ 560,00 por família, para suplementar o adicional autorizado pelo art. 1º da Lei nº 12.806/2013, também no valor de R\$ 560,00, aos agricultores familiares que forem aderentes do Fundo Garantia-Safra e tiverem sofrido perda em razão de estiagem, comprovada na forma do regulamento, de pelo menos metade do conjunto da produção de feijão, milho, arroz, mandioca ou algodão, ou de outras culturas a serem definidas pelo órgão gestor do Fundo.

O pagamento do novo adicional ao Benefício Garantia-Safra será feito em até quatro parcelas mensais de R\$ 140,00, subsequentes ao pagamento das parcelas adicionais autorizadas na Lei nº 12.806/2013.

Para estes fins, a lei veda o pagamento do novo adicional se coincidente com os meses de recebimento do Benefício Garantia-Safra relativo à safra 2012/2013.

A lei autoriza a União aportar ao Fundo Garantia-Safra os recursos necessários ao desembolso integral do referido adicional.

## **Auxílio Emergencial Financeiro:**

Fica autorizada ampliação em até R\$ 800,00, excepcionalmente, no valor do Auxílio Emergencial Financeiro de que trata a Lei nº 10.954/2004, por família, em decorrência dos desastres ocorridos no ano de 2012.

## **Doação de milho a ser vendido a pequenos criadores com limites estabelecidos pelo poder executivo:**

Outro mecanismo de suporte aos produtores atingidos pela estiagem foi a autorização à Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB) para que esta efetue a doação de milho aos governos estaduais, que por sua vez o destinarão à venda para pequenos criadores de aves, suínos, bovinos, caprinos e ovinos localizados nos municípios em situação de emergência ou de calamidade pública na área de atuação da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE).

A venda deverá observar os limites estabelecidos pelo Poder Executivo federal, conforme determinação da Lei nº 12.806/2013.

## **Medidas de estímulo à liquidação ou regularização de dívidas originárias de operações de crédito rural dos agricultores em áreas de atuação da SUDENE:**

Para renegociação das dívidas rurais contraídas até 31/12/2006, a lei também autoriza desconto, na forma de rebate para liquidação, em até 85% do saldo devedor atualizado nas operações com valor originalmente contratado até R\$ 15.000,00, e também de até 75% nas operações com valor originalmente contratado acima de R\$ 15.000,00 e até R\$ 50% nas operações com valor originalmente



contratado acima de R\$ 35.000,00. O prazo prescricional das aludidas obrigações também fica suspenso até o dia 31 de dezembro de 2014, a partir da data da publicação desta lei.

A lei ainda prorroga para 31/12/2014 o prazo para liquidação de operações envolvendo crédito rural com recursos dos fundos constitucionais de financiamento do Nordeste (FNE) e do Norte (FNO) contratadas até o fim de 2006 e de valor original de até R\$ 200.000,00, em situação de inadimplência em 30 de junho de 2012, bem como autoriza a renegociação de operações de crédito rural contraídas a partir de 01/01/2007 e inadimplentes em dezembro de 2011, em condições a serem fixadas por resolução do Conselho Monetário Nacional.

## **Desoneração da Folha de Pagamento:**

Foram promovidas algumas importantes alterações no regime da desoneração da folha de pagamento, de que trata a Lei nº 12.546, de 2011, que consiste na substituição da contribuição previdenciária de que trata o artigo 22 (incisos I e III) da Lei nº 8.212, de 1991 por uma nova contribuição incidente sobre a receita bruta, em percentuais que variam de 1% a 2%, conforme o setor (fabricação de bens produtos ou prestação de serviços).

Inicialmente, foram incluídos novos setores, conforme segue:

Empresas do setor de construção civil (subgrupos 412, 432, 433 e 439 da CNAE 2.0) – podem antecipar para 04 de junho de 2013 a sua inclusão na tributação substitutiva a que se refere o art. 7º da Lei nº 12.546/2011;

Atividades relacionadas às empresas de: (a) transporte ferroviário de passageiros (subclasses 4912-4/01 e 4912-4/02 da CNAE 2.0); (b) transporte metroviário de passageiros (subclasse 4912-4/02 da CNAE 2.0); (c) construção de obras de infraestrutura (enquadradas nos grupos 421, 422, 429 e 431 da CNAE 2.0), (d) manutenção e reparação de embarcações; (e) empresas que realizam operações de carga, descarga e armazenagem de contêineres em portos organizados (classes 5212-5 e 5231-1 da CNAE 2.0); (f) de transporte rodoviário de cargas, (g) de transporte ferroviário de cargas; (h) jornalísticas e de radiodifusão sonora e de sons e imagens (Lei nº 10.610/2002, classes 1811-3, 5811-5, 5812-3, 5813-1, 5822-1, 5823-9, 6010-1, 6021-7 e 6319-4 da CNAE 2.0) e por fim, as comerciais atacadistas que exercem as atividades relacionadas no Anexo II, abaixo reproduzido:

Lojas de departamentos ou magazines, enquadradas na Subclasse CNAE 4713-0/01

Comércio varejista de materiais de construção, enquadrado na Subclasse CNAE 4744-0/05

Comércio varejista de materiais de construção em geral, enquadrado na Subclasse CNAE 4744-0/99

Comércio varejista especializado de equipamentos e suprimentos de informática, enquadrado na Classe CNAE 4751-2

Comércio varejista especializado de equipamentos de telefonia e comunicação, enquadrado na Classe CNAE 4752-1

Comércio varejista especializado de eletrodomésticos e equipamentos de áudio e vídeo, enquadrado



na Classe CNAE 4753-9

Comércio varejista de móveis, enquadrado na Subclasse CNAE 4754-7/01

Comércio varejista especializado de tecidos e artigos de cama, mesa e banho, enquadrado na Classe CNAE 4755-5

Comércio varejista de outros artigos de uso doméstico, enquadrado na Classe CNAE 4759-8

Comércio varejista de livros, jornais, revistas e papelaria, enquadrado na Classe CNAE 4761-0

Comércio varejista de discos, CDs, DVDs e fitas, enquadrado na Classe CNAE 4762-8

Comércio varejista de brinquedos e artigos recreativos, enquadrado na Subclasse CNAE 4763-6/01

Comércio varejista de artigos esportivos, enquadrado na Subclasse CNAE 4763-6/02

Comércio varejista de cosméticos, produtos de perfumaria e de higiene pessoal, enquadrado na Classe CNAE 4772-5

Comércio varejista de artigos do vestuário e acessórios, enquadrado na Classe CNAE 4781-4

Comércio varejista de calçados e artigos de viagem, enquadrado na Classe CNAE 4782-2

Comércio varejista de produtos saneantes domissanitários, enquadrado na Subclasse CNAE 4789-0/05

Comércio varejista de artigos fotográficos e para filmagem, enquadrado na Subclasse CNAE 4789-0/08

observação: As Classes e Subclasses CNAE referidas neste Anexo correspondem àquelas relacionadas na Classificação Nacional de Atividades Econômicas – CNAE 2.0.

O Anexo único da Lei nº 12.546/2011 passa a se denominar Anexo I e vigorará acrescido dos produtos adiante relacionados, conforme sua classificação na Tabela de Imposto sobre Produtos Industrializados – TIPI, cuja obrigatoriedade deverá ser observada a partir de 1º de novembro de 2013:

NCM  
39.23 (exceto 3923.30.00 Ex.01)  
4009.41.00  
4811.49  
4823.40.00  
6810.19.00  
6810.91.00  
69.07  
69.08  
7307.19.10  
7307.19.90  
7307.23.00  
7323.93.00

# ***ALTERAÇÕES LEGISLATIVAS***

DEPARTAMENTO JURÍDICO DA FIESP

---



73.26  
7403.21.00  
7407.21.10  
7407.21.20  
7409.21.00  
7411.10.10  
7411.21.10  
74.12  
7418.20.00  
76.15  
8301.40.00  
8301.60.00  
8301.70.00  
8302.10.00  
8302.41.00  
8307.90.00  
8308.90.10  
8308.90.90  
8450.90.90  
8471.60.80  
8481.80.11  
8481.80.19  
8481.80.91  
8481.90.10  
8482.10.90  
8482.20.10  
8482.20.90  
8482.40.00  
8482.50.10  
8482.91.19  
8482.99.10  
8504.40.40  
8507.30.11  
8507.30.19  
8507.30.90  
8507.40.00  
8507.50.00  
8507.60.00  
8507.90.20  
8526.91.00  
8533.21.10  
8533.21.90  
8533.29.00  
8533.31.10  
8534.00.1  
8534.00.20  
8534.00.3

# ALTERAÇÕES LEGISLATIVAS

DEPARTAMENTO JURÍDICO DA FIESP



8534.00.5  
8544.20.00  
8607.19.11  
8607.29.00  
9029.90.90  
9032.89.90

Vale frisar que os contribuintes incluídos na sistemática da desoneração da folha pela Lei nº 12.844, de 2013 poderão antecipar para 04 de junho a sua inclusão na tributação substitutiva.

Foram ainda incluídos os fabricantes de suportes para camas (somiês) (9404.10.00) e absorventes e tampões higiênicos, cueiros e fraldas para bebês e artigos higiênicos semelhantes, de qualquer matéria. (9619.00.00), com obrigatoriedade prevista a partir de 1º/08/2013.

Por outro lado, foram excluídos da sistemática da desoneração da folha de salários, os seguintes serviços e produtos:

Setor (serviço e produto)	Artigo e produção de efeitos
Empresas aéreas internacionais de bandeira estrangeira de países que estabeleçam em regime de reciprocidade de tratamento, isenção tributária às receitas geradas por empresas aéreas brasileiras.	Art. 8º, § 1º, II, "c", alterado pelo art. 13: exclusão com efeitos retroativos desde 04/06/2013
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Armas e munições; suas partes e acessórios (capítulo 93);</li> <li>• Gomas, resinas e outros sucos e extratos vegetais (1301.90.90);</li> <li>• Latas próprias para serem fechadas por soldadura ou cravação (7310.21.90);</li> <li>• Outros artefatos de uso doméstico, de ferro ou aço, esmaltados (7323.99.00);</li> <li>• Acessórios para tubos (7507.20.00);</li> <li>• Recipientes tubulares, flexíveis (7612.10.00) inclusive para aerossóis, com capacidade inferior ou igual a 700 cm<sup>3</sup> (7612.90.11);</li> <li>• Rolhas, tampas e cápsulas para garrafas (8309.10.00);</li> <li>• Aparelhos de radiodetecção e de radiossondagem (radar) (8526.10.00);</li> <li>• Aparelhos de radiotelecomando (8526.92.00);</li> <li>• Instrumentos, aparelhos e modelos, concebidos para demonstração (por exemplo, no ensino e nas exposições), não suscetíveis de outros usos (9023.00.00);</li> <li>• pincéis e escovas, para artistas, pincéis de escrever e pincéis semelhantes para aplicação de produtos cosméticos (9603.30.00);</li> <li>• vassouras e escovas, pincéis e espanadores; cabeças preparadas para escovas, pincéis e artigos semelhantes; bonecas e rolos para pintura; rodos de borracha ou de matérias flexíveis semelhantes, exceto escovas de dentes, incluindo as escovas para dentaduras (posição</li> </ul>	Exclusão: a partir de 1º de agosto de 2013

# ALTERAÇÕES LEGISLATIVAS

DEPARTAMENTO JURÍDICO DA FIESP



9603)	
(inciso IV)	
Cobre (tubos, barras, perfis, chapas e acessórios – 7403.21.00, 7407.21.10, 7407.21.20, 7409.21.00, 7411.10.10, 7411.21.10 e 74.12)(inciso V)	

Exclusão: data da publicação da norma (19/07/2013) com possibilidade de antecipar a exclusão para 1º de abril/13;

- Preparações opacificantes para exames radiográficos à base de ioexol e outros (3006.30.11 e 3006.30.19)
- Produtos semimanufaturados de ferro ou aço não ligado (*billets*) 7207.11.10
- Produtos laminados planos, de ferro ou aço não ligado, de largura igual ou superior a 600 mm, laminados a quente, não folheados ou chapeados, nem revestidos, de espessura igual ou superior a 4,75 mm, mas não superior a 10 mm e de espessura inferior a 3 mm (7208.52.00 e 7208.54.00)
- Barras de ferro ou aço não ligado, simplesmente forjadas, laminadas, estiradas ou extrudadas, a quente, incluindo as que tenham sido submetidas a torção após laminação e de seção circular (7214.10.90 e 7214.99.10)
- Barras e perfis de outras ligas de aço (7228.30.00 e 7228.50.00)
- Máquinas automáticas para processamento de dados, portáteis, de peso não superior a 10 kg, que contenham pelo menos uma unidade central de processamento, um teclado e uma tela (8471.30);
- Aparelhos e tubos de raio X (9022.14.13 e 9022.30.00)

## (inciso VI)

Exclusão: data da publicação da norma (19/07/2013)

Relativamente às empresas do setor de construção civil deverão observar os seguintes procedimentos:

a) retenção de 3,5% a ser aplicada na prestação de serviços mediante cessão de obra para as empresas que prestam serviços de: a.1) manutenção e reparação de embarcações; a.2) de varejo que exercem as atividades listadas no Anexo II da [Lei nº 12.546/2011](#); a.3) serviços de operações de carga, descarga e armazenagem de contêineres em portos organizados, enquadradas nas classes 5212-5 e 5231-1 da CNAE 2.0; a.4) transporte rodoviário de carga enquadrada na classe 4930-2 da CNAE 2.0; a.5) transporte ferroviário de cargas, enquadradas na classe 4911-6 da CNAE 2.0; a.6) serviços jornalísticos e de radiofusão sonora e de sons e imagem de que trata a [Lei nº 10.610/2002](#), enquadradas nas classes 1811-3, 5811-5, 5812-3, 5813-1, 5822-1, 5823-9, 6010-1, 6021-7 e 6319-4 da CNAE 2.0;

b) foram excluídas da base de cálculo da CPRB a receita bruta de exportações e decorrentes de transporte internacional de carga com efeitos retroativos a partir de 4.6.2013;

c) a CPRB não se aplica às empresas aéreas internacionais de bandeira estrangeira de países que estabeleçam, em regime de reciprocidade de tratamento, isenção tributária às receitas geradas por empresas aéreas brasileiras com efeitos retroativos a partir de 4.6.2013.

# ALTERAÇÕES LEGISLATIVAS

DEPARTAMENTO JURÍDICO DA FIESP



Os produtos acrescidos ao Anexo I da [Lei nº 12.546/2011](#), estarão sujeitos a alíquota de 8,6% da COFINS-Importação, conforme disposto no § 21 do art. 8º da [Lei nº 10.865/2004](#) e, os produtos excluídos voltarão à alíquota de 7,6%.

## **REINTEGRA:**

O prazo para fruição do Regime Especial de Reintegração de Valores Tributários para as Empresas Exportadoras foi prorrogado para até 31 de dezembro de 2013, de forma que, estão alcançadas pela referido regime as exportações realizadas de 04/06/2013 a 31/12/2013. Tal disposição se deu ante ao fato da perda do encerramento da [Medida Provisória nº 601/2012](#), que tratava do referido prazo.

Além disso, a norma em comento tornou expressa a exclusão dos valores ressarcidos pelo REINTEGRA da base de cálculo do PIS/Pasep e da COFINS.

## **Indústria Automobilística**

A redução de IPI para os fabricantes dos produtos classificados nos códigos 87.01 a 87.06 da TIPI, mediante ato do Poder Executivo com o objetivo de estimular a competitividade, agregação de conteúdo nacional, o investimento, a inovação tecnológica e a produção local, teve o seu prazo para fruição prorrogado para até 31/12/2017.

Neste ponto, cumpre esclarecer que a norma instituidora desse benefício fiscal previu inicialmente o prazo de fruição para até 31/12/2016. A Medida Provisória nº 601, de 2012 prorrogou esse prazo, mas como o término de sua vigência, sem a conversão em lei, necessário se fez a alteração do inciso II, do § 1º do art. 5º, da Lei nº 12.546/2011, por um novo veículo legal.

## **Benefícios fiscais para a aquisição de títulos de longo prazo de emissores privados não-financeiros e para fundos constituídos predominantemente por esses ativos:**

Fica reduzida a zero a alíquota do imposto sobre a renda incidente sobre os rendimentos e ganhos de capital produzidos por títulos ou valores mobiliários adquiridos a partir de 01/01/2011, objeto de distribuição pública, emitidos por pessoas jurídicas de direito privado não classificadas como instituições financeiras e regulamentados pela Comissão de Valores Mobiliários ou pelo Conselho Monetário Nacional, quando pagos, creditados, entregues ou remetidos a beneficiário residente ou domiciliado no exterior, exceto em país que não tribute a renda ou que a tribute à alíquota máxima inferior a 20% (vinte por cento).

A partir da data da publicação da lei, os rendimentos e ganhos de capital oriundos de fundos de investimentos em direitos creditórios constituídos sob a forma de condomínio fechado também passaram a compor o rol de rendimentos sujeitos à alíquota zero do IR, observadas as condições previstas nos artigos 1º e 2º da Lei nº 12.431/2011.

Quanto às instituições autorizadas ao exercício da administração de carteira de títulos e valores mobiliários pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM), poderão constituir fundo de investimento que disponha em seu regulamento que a aplicação de seus recursos nos ativos oriundos de emissores privados majoritariamente não-financeiros não poderá ser inferior a 85% (oitenta e cinco por cento) do



# **ALTERAÇÕES LEGISLATIVAS**

**DEPARTAMENTO JURÍDICO DA FIESP**



valor do patrimônio líquido do fundo, sendo que tal percentual poderá ser de, no mínimo, 67% (sessenta e sete por cento) do valor do patrimônio líquido do fundo aplicado nos ativos no prazo de 2 (dois) anos, contado da data da primeira integralização de cotas.

Redução da multa de lançamento de ofício no pagamento, compensação ou parcelamento dos tributos administrados pela Receita Federal do Brasil

A lei inseriu o § 3º ao art. 6º da Lei nº 8.218/1991 para estabelecer que se estende às penalidades aplicadas isoladamente a redução da multa de lançamento de ofício de 50% quando efetuado o pagamento ou a compensação no prazo de trinta dias, contado da data em que o sujeito passivo foi notificado do lançamento, de 40% quando o sujeito passivo requerer o parcelamento no prazo de trinta dias, contado da data em que foi notificado do lançamento, de 30% se for efetuado o pagamento ou a compensação no prazo de trinta dias, contado da data em que o sujeito passivo foi notificado da decisão administrativa de primeira instância e de 20% se o sujeito passivo requerer o parcelamento no prazo de trinta dias, contado da data em que foi notificado da decisão administrativa de primeira instância.

## **Área de preservação permanente e de reserva legal para fins de apuração do Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural (ITR):**

A lei alterou a alínea “a” do inciso II do art. 10 da Lei nº 9.393/1996, que dispõe sobre o ITR, estabelecendo que para fins de apuração e pagamento do aludido imposto, consideram-se áreas de preservação permanente e de reserva legal as assim previstas na

Lei nº 12.651/2012, que dispõe sobre a proteção da vegetação nativa, entre outras providências.

## **Intimação por meio eletrônico no processo administrativo fiscal:**

Alterou o Decreto nº 70.235/1972, que dispõe o processo administrativo fiscal, para estabelecer que se considera feita a intimação por meio eletrônico: a) 15 (quinze) dias contados da data registrada no comprovante de entrega no domicílio tributário do sujeito passivo; b) na data em que o sujeito passivo efetuar consulta no endereço eletrônico a ele atribuído pela administração tributária, se ocorrida antes do prazo previsto na alínea a; ou c) na data registrada no meio magnético ou equivalente utilizado pelo sujeito passivo.

## **Recursos do Programa de Apoio à Conservação Ambiental e do Programa de Fomento às Atividades Produtivas Rurais:**

Altera a Lei nº 12.512/2011, que instituiu o Programa de Apoio à Conservação Ambiental e o Programa de Fomento às Atividades Produtivas Rurais para estabelecer que a transferência dos recursos ao responsável pela família beneficiária do programa dar-se-á em, no mínimo, três parcelas e no período máximo de dois anos, na forma do regulamento.

Também prevê que em relação aos beneficiários localizados na Região do Semiárido, a União fica autorizada a transferir, diretamente ao responsável pela família beneficiária, recursos financeiros no valor de até R\$ 3.000,00 por família, para utilização de técnicas de convivência com o Semiárido, na forma indicada por assistência técnica.



## **Compra, venda e transporte de ouro:**

A lei também permite a compra, venda e transporte de ouro produzido em áreas de garimpo autorizadas pelo Poder Público federal.

Os garimpeiros e quaisquer pessoas ligadas à cadeia produtiva, tais como auxiliares de garimpo, pilotos de avião, comerciantes de suprimentos aos garimpos, fornecedores de óleo combustível, de equipamentos e outros agentes poderão transportar o ouro até uma instituição autorizada a realizar sua compra, desde que munidos de documento autorizativo de transporte emitido pelo titular do direito minerário, com a identificação do nome do portador, o número do título autorizativo, sua localização e o período de validade da autorização de transporte.

Ficam regularizadas todas as compras de ouro feitas por instituição habilitada até doze meses após a publicação da lei ou até a expedição de portaria do Diretor-Geral do órgão gestor de recursos minerais, para disciplinar os modelos de recibos e de documentos comprobatórios do direito minerário.

Foram revogados os incisos VIII a XI do caput do artigo 7º e os incisos XVII a XX do § 3º do artigo 8º, ambos da Lei nº 12.546, de 2011, que se referiam a (a) as empresas que prestam os serviços classificados na Nomenclatura Brasileira de Serviços – NBS, instituída pelo Decreto nº 7.708, de 2 de abril de 2012, nos códigos 1.1201.25.00, 1.1403.29.10, 1.2001.33.00, 1.2001.39.12, 1.2001.54.00, 1.2003.60.00 e 1.2003.70.00; as empresas de construção de obras de infraestrutura, enquadradas nos grupos 421, 422, 429 e 431 da CNAE 2.0; as empresas de engenharia e arquitetura enquadradas no grupo 711 da CNAE 2.0; e as empresas de manutenção, reparação e instalação de máquinas e equipamentos enquadrados nas classes 3311-2, 3312-1, 3313-9, 3314-7, 3319-8, 3321-0 e 3329-5 da CNAE 2.0, bem como transporte por navegação de travessia, enquadradas na classe 5091-2 da CNAE 2.0, prestação de serviços de infraestrutura aeroportuária, enquadradas na classe 5240-1 da CNAE 2.0, transporte ferroviário de cargas, enquadradas na classe 4911-6 da CNAE 2.0; e jornalísticas e de radiodifusão sonora e de sons e imagens de que trata a Lei nº 10.610, de 20 de dezembro de 2002, enquadradas nas classes 1811-3, 5811-5, 5812-3, 5813-1, 5822-1, 5823-9, 6010-1, 6021-7 e 6319-4 da CNAE 2.0.

A Lei nº 12.844 entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos na mesma data, exceto para as disposições relacionadas à desoneração da folha de salários e ao art. 27, que vigorará a partir da entrada em vigor da Lei nº 12.783/2013. Para acessar o inteiro teor da Lei nº 12.844, de 2013, clique [aqui](#).

---

**Portaria CAT 72/2013** – Estabelece a base de cálculo na saída das mercadorias que especifica, com destino a revendedores que atuam no segmento de vendas a consumidor final pelo sistema porta-a-porta.

Publicada no Diário Oficial do Estado de São Paulo, de 20/07/2013, a Portaria CAT 72, de 19 de julho de 2013, estabelece a base de cálculo na saída das mercadorias que especifica, com destino a revendedores que atuam no segmento de vendas a consumidor final pelo sistema porta-a-porta.



A norma em tela determina que no período de 01-09-2013 a 30-06-2015, a base de cálculo para fins de retenção e pagamento do imposto, cuja responsabilidade tenha sido atribuída mediante regime especial, relativo às saídas subsequentes das mercadorias arroladas no Anexo Único, com destino a revendedor localizado em território paulista que atue no segmento de vendas ao consumidor final pelo sistema porta-a-porta, será o preço praticado pelo sujeito passivo, incluídos os valores correspondentes a frete, carreto, seguro, impostos e outros encargos transferíveis ao adquirente, acrescido do valor adicionado calculado mediante a multiplicação do preço praticado pelo Índice de Valor Adicionado Setorial – IVA-ST relacionado no Anexo Único, referente aos seguintes grupos:

Grupo 1 – Acessórios;

Grupo 2 – Vestuários;

Grupo 3 – Artigos para casa;

Grupo 4 – Artigos destinados a cuidados pessoais

Grupo 5 – Artigos infantis

Grupo 6 – Produtos para nutrição;

Grupo 7 – Acessórios, vestuário, artigos para casa, artigos infantis e artigos destinados a cuidados pessoais;

Grupo 8 – Vestuário e artigos destinados a cuidados pessoais.

Na hipótese de entrada de mercadoria proveniente de outra unidade da Federação cuja saída interna seja tributada com alíquota superior à alíquota interestadual aplicada pelo remetente, o estabelecimento destinatário paulista deverá utilizar o “IVA-ST ajustado”, calculado pela seguinte fórmula:

IVA-ST ajustado =  $[(1 + \text{IVA-ST original}) \times (1 - \text{ALQ inter}) / (1 - \text{ALQ intra})] - 1$ , onde:

1) IVA-ST original é o IVA-ST aplicável na operação interna, conforme previsto no “caput”;

2) ALQ inter é a alíquota interestadual aplicada pelo remetente localizado em outra unidade da Federação;

3) ALQ intra é a alíquota aplicável à mercadoria neste Estado.

A partir de 01-07-2015, a base de cálculo para fins de retenção e pagamento do imposto relativo às saídas subsequentes das mercadorias arroladas no Anexo Único, com destino a revendedor localizado em território paulista que atue no segmento de vendas ao consumidor final pelo sistema porta-a-porta, será o preço praticado pelo sujeito passivo, incluídos os valores correspondentes a frete, carreto, seguro, impostos e outros encargos transferíveis ao adquirente, acrescido do valor adicionado calculado mediante a multiplicação do preço praticado pelo Índice de Valor Adicionado Setorial – IVA-ST.

# ALTERAÇÕES LEGISLATIVAS

DEPARTAMENTO JURÍDICO DA FIESP



Importante destacar que nesse caso o IVA-ST será estabelecido mediante a adoção dos seguintes procedimentos:

1) a entidade representativa do setor deverá apresentar à Secretaria da Fazenda levantamento de preços com base em pesquisas realizadas por instituto de pesquisa de mercado de reputação idônea, nos termos dos artigos 43 e 44 do RICMS, observando o seguinte cronograma:

a) até 30-11-2014, a comprovação da contratação da pesquisa de levantamento de preços;

b) até 31-03-2015, a entrega do levantamento de preços;

2) deverá ser editada a legislação correspondente.

Vale salientar que na hipótese de não cumprimento desses prazos, a Secretaria da Fazenda poderá editar ato divulgando o IVA-ST que vigorará a partir de 01-07-2015.

Por fim, a norma estabelece que, em se tratando de entrada de mercadoria proveniente de outra unidade da Federação cuja saída interna seja tributada com alíquota superior à alíquota interestadual aplicada pelo remetente, o estabelecimento destinatário paulista deverá utilizar o “IVA-ST ajustado”, calculado pela fórmula acima mencionada.

A Portaria CAT 72/2013 entra em vigor em 1º de setembro de 2013.

Para conhecer o inteiro teor desta norma e do respectivo Anexo Único, [clique aqui](#).

---

**Decreto nº 59.357, de 15-07-2013** – Introduz alteração no Regulamento do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação – RICMS.

O Decreto nº 59.357, de 15 de julho de 2013, publicado em 16/07/2013, alterou a redação do art. 288, do RICMS (Decreto nº 45.490/2000) para atualizar a disciplina legal da substituição tributária do ICMS em operações efetuadas por representantes, mandatários e outros, nos seguintes termos.

Os remetentes paulistas são responsáveis pelo recolhimento do ICMS por substituição tributária referente às mercadorias revendidas por seus representantes, mandatários, comissários, gestores de negócios, revendedores pelo sistema porta-a-porta e outros adquirentes que, a critério do Fisco, sejam dispensados de inscrição estadual.

Os remetentes de outros Estados com os quais São Paulo mantenha acordo são responsáveis pelo recolhimento do ICMS por substituição tributária com relação às mercadorias revendidas a consumidor final pelo sistema porta-a-porta e por bancas de jornal, além das saídas a estabelecimento paulista quanto ao pagamento do imposto incidente nas subseqüentes saídas promovidas por este e pelos seus revendedores para venda porta-a-porta.



A atribuição da responsabilidade ocorrerá por meio de regime especial, podendo a concessão do regime ficar condicionada à prestação de fiança ou outra forma de garantia.

A base de cálculo presumida, na ausência de preço máximo ou único fixado pela autoridade competente, corresponderá ao valor fixado para venda a consumidor final indicado em catálogos ou listas de preço emitidos pelo remetente, acrescido do valor do frete, quando não incluído no preço. Em substituição, poderá a Secretaria da Fazenda fixar como base de cálculo do imposto em relação às saídas subsequentes, o preço praticado pelo remetente da mercadoria, incluídos os valores correspondentes a frete, carreto, seguro, impostos e outros encargos transferíveis ao adquirente, acrescido de margem de valor agregado específica para tais hipóteses, a ser divulgada pela Secretaria da Fazenda.

O Decreto nº 58.918/2013 entrou em vigor em 16.07.2013. Para conhecer seu inteiro teor, [clique aqui](#).

**Lei nº 12.839, de 09 de julho 2013** – Reduz a zero as alíquotas da Contribuição para o PIS/Pasep, da COFINS, da Contribuição para o PIS/Pasep-Importação e da COFINS-Importação incidentes sobre a receita decorrente da venda no mercado interno e sobre a importação de produtos que compõem a cesta básica; altera as Leis nºs 10.925, de 23 de julho de 2004, 10.147, de 21 de dezembro de 2000, 10.865, de 30 de abril de 2004, 12.058, de 13 de outubro de 2009, 12.350, de 20 de dezembro de 2010, 12.599, de 23 de março de 2012, 10.485, de 3 de julho de 2002, 10.438, de 26 de abril de 2002, 10.848, de 15 de março de 2004, 12.783, de 11 de janeiro de 2013, 9.074, de 7 de julho de 1995, e 9.427, de 26 de dezembro de 1996; revoga dispositivo da Lei nº 12.767, de 27 de dezembro de 2012; e dá outras providências.

Foi publicada aos 10 de julho do corrente ano a Lei nº 12.839, resultado da conversão da Medida Provisória nº 609, de 2013, que convalidou algumas importantes alterações na legislação tributária, destacando a desoneração da cesta básica.

Em suma, foram mantidas as reduções a zero das alíquotas da Contribuição para o PIS/PASEP e da COFINS sobre a receita oriunda da comercialização no mercado interno e na importação, dos seguintes produtos que compõe a cesta básica nacional:

- carne bovina, suína, ovina, caprina, aves e produtos de origem animal (NCM 02.01, 02.02, 0206.10.00, 0206.2, 0210.20.00, 0506.90.00, 0510.00.10, 1502.10.1, 02.03, 0206.30.00, 0206.4, 02.07, 02.09 e 0210.1);
- carne de frango (NCM 0210.99.00);
- miudezas comestíveis de ovinos e caprinos (NCM 0206.80.00)
- peixes (NCM 03.0 exceto 0302.90.00, 03.03 e 03.04);
- café (NCM 09.01 e 2101.1);
- açúcar (NCM 1701.14.00 e 1701.99.00);
- óleo de soja (NCM 15.07) e outros óleos vegetais (NCM 15.08 a 15.14);
- manteiga e margarina (NCM 0405.10.00 e 1517.10.00);
- sabonetes de tocador (NCM 3401.11.90 Ex 01);
- produtos de higiene bucal ou dentária (NCM 33.06);
- papel higiênico (NCM 4818.10.00).

# **ALTERAÇÕES LEGISLATIVAS**

**DEPARTAMENTO JURÍDICO DA FIESP**



O benefício da alíquota zero do PIS e da COFINS aplica-se igualmente às receitas decorrentes das saídas da indústria, na condição de industrialização por conta e ordem de terceiros, dos produtos classificados nos códigos da NCM: 01.03, 02.03, 02.06.30.00, 0206.4, 02.07 e 0210.1 da TIPI (animais vivos da espécie suína; Galos, galinhas, patos, gansos, perus, peruas e galinhas-d'angola (pintadas), das espécies domésticas, vivos; Carnes de animais da espécie suína, frescas, refrigeradas ou congeladas; miudezas comestíveis da espécie suína, frescas, refrigeradas ou congeladas; Carnes e miudezas, comestíveis, frescas, refrigeradas ou congeladas, das aves da posição 01.05 e Carnes e miudezas, comestíveis, salgadas ou em salmoura, secas ou defumadas; farinhas e pós, comestíveis, de carnes ou de miudezas da espécie suína).

A partir de 10 de julho de 2013 o crédito presumido e a suspensão da incidência do PIS e da COFINS de que tratam os artigos 8º e 9º da Lei nº 10.925/2004 respectivamente, deixam de ser aplicáveis aos produtos classificados nos NCMs 02.04, 0206.80.00, 03.02, 03.03, 03.04, 0405.10.00, 15.07 a 15.14, 1517.10.00, 1701.14.00 e 1701.99.00 da TIPI, ou seja, peixes frescos, congelados ou resfriados, manteiga, óleo de soja e outros óleos vegetais, margarina, açúcar, Carnes de animais das espécies ovina ou caprina, frescas, refrigeradas ou congeladas e miudezas comestíveis de animais das espécies bovina, suína, ovina, caprina, cavalar, asinina e muar, frescas, refrigeradas ou congeladas, já que, a receita oriunda da venda desses produtos foi desonerada do recolhimento das contribuições em questão.

A redação das Leis nº 10.147/2000 e nº 10.865/2004, que elenca determinados produtos no regime monofásico de apuração da Contribuição para o PIS e para a COFINS e da incidência dessas contribuições na importação daqueles itens, respectivamente, foi adequada de forma a excetuar os sabonetes de toucador, produtos para higiene dentária, classificados nas posições NCM 3401.11.90 e 33.06 daquele regime de apuração, pois, conforme já mencionado, as receitas de vendas e de importação desses produtos passou a se sujeitar a alíquota zero do PIS e da COFINS.

A Lei nº 12.839 ainda estabeleceu regras para permitir que os créditos presumidos referentes à aquisição de animais vivos e carnes de animais, bem como os dos créditos presumidos que tenham sido apurados em relação a custos, despesas e encargos vinculados à receita de exportação, existentes na data de 08 de março de 2013, possam ser ressarcidos ou utilizados na compensação com outros tributos administrados pela RFB.

Foram ainda implementadas algumas alterações relacionadas ao regime das concessionárias de energia elétrica, por meio da modificação das Leis nº 10.438/2002 e 9.074/1995.

Por fim, foram revogados:

a) os §§ 1º e 3º do art. 1º da Lei nº 10.925/2004, que tratavam da aplicabilidade de alíquota zero até 31 de dezembro de 2013, para os produtos de farinha de trigo; trigo; pré-misturas próprias para fabricação de pão comum e pão comum, e massas alimentícias.

b) o inciso II do caput do art. 32 da Lei nº 12.058/2009, que tratava da suspensão do PIS/PASEP e COFINS para os produtos 02.01, 02.02, 0206.10.00, 0206.20, 0206.21, 0206.29, 0210.20.00, 0506.90.00, 0510.00.10 e 1502.00.1 da NCM;



c) o inciso IV do caput do art. 54 da Lei nº 12.350/2010, que tratava da suspensão do PIS/PASEP e COFINS para os produtos 02.03, 0206.30.00, 0206.4, 02.07, 0210.1 e carne de frango classificada no código 0210.99.00 da NCM;

d) o art. 4º e o § 5º do art. 6º da Lei nº 12.599/2012, que tratavam, respectivamente, da suspensão dos produtos classificados nos códigos 0901.1 e 0901.90.00 da TIPI, e da aplicabilidade da compensação e do ressarcimento na parte em que aplicava-se somente à parcela dos créditos presumidos determinada com base no resultado da aplicação, sobre o valor da aquisição de bens classificados na posição 0901.1 da Tipi, da relação percentual existente entre a receita de exportação e a receita bruta total auferidas em cada mês; e

e) o § 2º do art. 12 da Lei nº 12.767/2012, que tratava dos créditos decorrentes de obrigações contraídas pela concessionária durante a intervenção e aprovados previamente pelo poder concedente terão privilégio geral de recebimento, na hipótese de extinção da concessão.

Para acessar o inteiro teor da Lei nº 12.839, de 2013, [clique aqui](#).

---

**Comunicado DA 40, de 10-07-2013** – Divulga o valor da taxa de juros de mora aplicável de 1º a 31/08/2013 para os débitos de ICMS e Multas Infracionais do ICMS.

Foi publicado no Diário Oficial do Estado de São Paulo, de 11/07/2013, o Comunicado DA 40, de 10/07/2013, divulgando o valor da taxa de juros de mora aplicável de 1º a 31/08/2013 para os débitos de ICMS e Multas Infracionais do ICMS que será de 0,03% ao dia, ou 0,93% ao mês.

Para conhecer o inteiro teor do Comunicado DA 40/2013, [clique aqui](#).

---

### ***Resolução nº 5, de 25 de junho de 2013.***

Publicada em 26 de junho de 2013 no Diário Oficial da União, a Resolução nº 5, do Comitê de Gestão de Tecnologia da Informação e Comunicação, tornou público o Plano de Metas e Ações 2013, do Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação – PDTI 2011/2014 da Presidência da República.

Está disponível no site <http://www.planalto.gov.br/cgi> a íntegra do PDTI 2011/2014.

Esta Resolução entrou em vigor na data de sua publicação. Para acessar seu inteiro teor, [clique aqui](#).

---

**Decreto Federal nº 8.038, de 04 de julho de 2013, que regulamenta o Programa Nacional de Apoio à Captação de Água de Chuva e Outras Tecnologias Sociais de Acesso à Água – Programa Cisternas, e dá outras providências.**



# ALTERAÇÕES LEGISLATIVAS

DEPARTAMENTO JURÍDICO DA FIESP



Publicado no Diário Oficial da União de 1º.7.2013, o Decreto Federal nº 8.038, de 04 de julho, regulamenta o ***Programa Nacional de Apoio à Captação de Água de Chuva e Outras Tecnologias Sociais de Acesso à Água – Programa Cisternas***, e dá outras providências.

De acordo com este regulamento, o ***Programa Nacional de Apoio à Captação de Água de Chuva e Outras Tecnologias Sociais de Acesso à Água – Programa Cisternas*** destina-se à promoção do acesso autônomo e sustentável à água para consumo humano e para a produção de alimentos às famílias de baixa renda residentes na zona rural atingidas pela seca ou falta regular de água.

O credenciamento de entidades privadas sem fins lucrativos, pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (art. 10, *caput*, inciso I, da Medida Provisória nº 619/2013), será realizado mediante solicitação da entidade interessada à Secretaria Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, que disporá sobre a tramitação, o prazo de análise, a publicação do resultado, o descredenciamento e as sanções cabíveis. Este credenciamento terá vigência de cinco anos. São requisitos para este credenciamento:

(i) estar legalmente constituída há mais de três anos;

(ii) constar no objeto social ações relacionadas ao desenvolvimento rural ou à segurança alimentar e nutricional;

(iii) possuir área de atuação com abrangência definida;

(iv) possuir experiência de, no mínimo, dois anos na execução de projetos que visem ao desenvolvimento rural ou à segurança alimentar e nutricional; e

(v) outros a serem estabelecidos pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome.

O edital da chamada pública destinada a selecionar as entidades credenciadas pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome para a execução do Programa Cisternas deverá conter:

a) o objeto a ser contratado, descrito de forma clara, precisa e sucinta;

b) as metas e os Municípios a serem atendidos, agrupados em lotes;

c) o prazo de execução do objeto;

d) os valores para a contratação; e

e) os critérios de seleção.

A implementação e a entrega de cada tecnologia social de acesso à água contratada serão comprovadas mediante a apresentação de Termo de Recebimento assinado pelo beneficiário. A apresentação e o aceite do Termo de Recebimento pelo contratante serão feitos por meio do SIG Cisternas.

# **ALTERAÇÕES LEGISLATIVAS**

**DEPARTAMENTO JURÍDICO DA FIESP**

---



As contratações, dispensáveis de licitação, de entidades privadas sem fins lucrativos para a implementação de cisternas ou outras tecnologias sociais de acesso à água para consumo humano e produção de alimentos, para beneficiar as famílias rurais de baixa renda atingidas pela seca ou falta regular de água (art. 24, *caput*, XXXIII, da Lei nº 8.666/1993), deverão observar as normas estabelecidas neste Decreto.

O Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome estabelecerá normas complementares para a execução do Programa Cisternas.

Demais informações poderão ser encontradas no texto deste Decreto, no *link* abaixo.

O Decreto Federal nº 8.038, de 04 de julho de 2013, entra em vigor na data de sua publicação e para conhecer o seu inteiro teor, [clique aqui](#).